



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 27 de Julho de 2011 (27.07)
(OR. en)**

13298/11

**COPEN 190
EUROJUST 117
EJN 96**

NOTA

de:	Secretariado-Geral
para:	Delegações
Assunto:	Decisão-Quadro 2009/299/CE do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009 que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido – Versão consolidada da certidão relativa à execução de sanções pecuniárias

Junto se envia, à atenção das delegações, a versão consolidada da certidão relativa à execução de sanções pecuniárias.

CERTIDÃO

referida no artigo 4.º da Decisão-quadro 2005/214/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias

a)

- * Estado de emissão:.....
- * Estado de execução:.....

b) Autoridade que proferiu a decisão que impõe a sanção pecuniária:

Designação oficial:.....

Endereço:.....

.....

Referência do processo (...).....

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

Fax: (indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

Línguas em que é possível comunicar com a autoridade judiciária de emissão

.....

Contacto da(s) pessoa(s) a contactar a fim de obter informações adicionais para efeitos de execução da decisão ou, se for caso disso, para efeitos da transferência para o Estado de emissão das importâncias resultantes da execução (nome, título/grau, telefone, fax e, se disponível, e-mail)

.....

.....

- c) Autoridade competente para executar a decisão que impõe a sanção pecuniária no Estado de emissão [se não for a autoridade a que se refere a alínea b)]:

Designação oficial:.....

.....

Endereço:.....

.....

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

Fax: (indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

Línguas em que é possível comunicar com a autoridade competente para a execução

.....

Contacto da(s) pessoa(s) a contactar a fim de obter informações adicionais para efeitos de execução da decisão ou, se for caso disso, para efeitos da transferência para o Estado de emissão das importâncias resultantes da execução (nome, título/grau, telefone, fax e, se disponível, e-mail):

.....

.....

- d) Caso tenha sido designada uma autoridade central para a transmissão administrativa das decisões que impõem sanções pecuniárias no Estado de emissão:

Designação da autoridade central:

.....

Pessoa eventualmente a contactar (título/grau e nome):

.....

Endereço:

.....

Referência do processo

Telefone: (indicativo do país) (indicativo regional)

Fax: (indicativo nacional) (indicativo regional)

E-mail (se disponível):

- e) Autoridade ou autoridades que podem ser contactadas [caso tenha(m) sido preenchida(s) a(s) alínea(s) c) e/ou d)]:

☐ Autoridade referida na alínea b)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

☐ Autoridade referida na alínea c)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

☐ Autoridade referida na alínea d)

Pode ser contactada em relação às seguintes questões:

f) Dados relativos à pessoa singular ou colectiva a quem foi imposta a sanção pecuniária:

1. No caso de uma pessoa singular

Apelido:.....

Nome(s) próprio(s):

Nome de solteira (eventualmente):

Alcunhas e pseudónimos (eventualmente):.....

Sexo:.....

Nacionalidade:

Número de identificação ou número de segurança social (se disponível):

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Último endereço conhecido:.....

.....

Língua ou línguas que a pessoa compreende [quando conhecida(s)]:

.....

- a) Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa contra quem a decisão foi tomada nele residir habitualmente, aditar as seguintes informações:

Residência habitual no Estado de execução:

.....

.....

- b) Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa contra quem a decisão foi tomada possuir bens no Estado de execução, aditar as seguintes informações:

Descrição dos bens da pessoa:

Localização dos bens da pessoa:

- c) Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa contra quem a decisão foi tomada possuir rendimentos no Estado de execução, aditar as seguintes informações:

Descrição da(s) fonte(s) de rendimento da pessoa:

Localização da(s) fonte(s) de rendimento da pessoa:

2. No caso de uma pessoa colectiva:

Designação:

Forma de pessoa colectiva:

Número de registo (se disponível)¹:

Sede estatutária (se disponível) (1):

Endereço da pessoa colectiva:

¹ Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa colectiva contra a qual a decisão foi tomada ter a sede estatutária nesse Estado, é obrigatória a indicação do número de registo e da sede estatutária.

- a) Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa colectiva contra quem a decisão foi tomada possuir bens no Estado de execução, aditar as seguintes informações:

Descrição dos bens da pessoa colectiva:

Localização dos bens da pessoa colectiva:

.....

- b) Caso a decisão seja transmitida ao Estado de execução devido ao facto de a pessoa colectiva contra quem a decisão foi tomada possuir rendimentos no Estado de execução, aditar as seguintes informações:

Descrição da(s) fonte(s) de rendimento da pessoa colectiva:

Localização da(s) fonte(s) de rendimento da pessoa colectiva:

.....

g) Decisão que impõe uma sanção pecuniária:

1. Natureza da decisão que impõe uma sanção pecuniária (assinalar a quadrícula adequada):

☐ i) Decisão de um tribunal do Estado de emissão no que respeita a uma infracção penal, nos termos da legislação do Estado de emissão.

☐ ii) Decisão de uma autoridade do Estado de emissão que não seja um tribunal no que respeita a uma infracção penal, nos termos da legislação do Estado de emissão.
Confirma-se que a pessoa em causa teve a possibilidade de ser julgada por um tribunal competente, nomeadamente, em matéria penal.

☐ iii) Decisão de uma autoridade do Estado de emissão que não seja um tribunal no que respeita a actos que sejam puníveis segundo a legislação desse Estado em virtude de serem infracções às normas jurídicas. Confirma-se que a pessoa em causa teve a possibilidade de ser julgada por um tribunal competente, nomeadamente, em matéria penal.

☐ iv) Decisão de um tribunal competente, nomeadamente em matéria penal, relativamente a uma decisão na acepção da alínea iii)

A decisão foi tomada em (data).....

A decisão transitou em julgado em (data).....

Número de referência da decisão (se disponível):

A sanção pecuniária constitui uma obrigação de pagar [assinalar a(s) quadrícula(s) adequada(s) e indicar o(s) montante(s), com indicação da divisa]:

- ☐ i) Uma quantia em dinheiro após condenação por infracção, decretada em decisão.

Montante:

- ☐ ii) Uma indemnização estabelecida no âmbito da mesma decisão em benefício das vítimas, quando estas não possam ser parte civil no processo e o tribunal actue no exercício da sua competência penal.

Montante:

- ☐ iii) Uma quantia em dinheiro relativa às custas das acções judiciais ou administrativas conducentes às decisões.

Montante:

- ☐ iv) Uma quantia em dinheiro a pagar a um fundo público ou a uma organização de apoio às vítimas, determinada no âmbito da referida decisão.

Montante:

Montante total da sanção pecuniária, com indicação da divisa:.....
.....

2. Exposição sumária dos factos e descrição das circunstâncias em que a(s) infracção(ções) foi(foram) cometida(s), incluindo a hora e o local:

.....
.....
.....
.....
.....

Natureza e qualificação jurídica da(s) infracção(ções) e disposição legal/código aplicável, com base na/no qual foi tomada a decisão:

.....

.....

.....

3. Quando a infracção ou infracções identificada(s) no ponto 2 constitua(m) uma ou mais das infracções que se seguem, confirmar esse facto, assinalando a(s) quadrícula(s) adequada(s):

Participação numa organização criminosa;

Terrorismo;

Tráfico de seres humanos;

Exploração sexual de crianças e pedopornografia;

Tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;

Tráfico de armas, munições e explosivos;

Corrupção;

Fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias na aceção da Convenção de 26 de Julho de 1995, relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias

Branqueamento dos produtos do crime;

Falsificação de moeda, incluindo a contrafacção do euro;

Cibercriminalidade;

Crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas;

Auxílio à entrada e à permanência irregulares;

Homicídio voluntário, ofensas corporais graves;

Tráfico de órgãos e tecidos humanos;

Rapto, sequestro e tomada de reféns;

Racismo e xenofobia;

Roubo organizado ou à mão armada;

Tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte;

Burla;

Extorsão de protecção e extorsão;

Contrafacção e piratagem de produtos;
Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico;
Falsificação de meios de pagamento;
Tráfico de substâncias hormonais e de outros estimuladores de crescimento;
Tráfico de materiais nucleares e radioactivos;
Tráfico de veículos roubados;
Violação;
Fogo-posto;
Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
Desvio de avião ou de navio;
Sabotagem.

Conduta que infrinja o código da estrada, incluindo a regulamentação dos tempos de condução e de repouso e o transporte de mercadorias perigosas,

Contrabando de bens,

Violações dos direitos de propriedade intelectual,

Ameaças e actos de violência contra pessoas, inclusivamente quando cometidos no âmbito de manifestações desportivas,

Vandalismo criminoso,

Roubo,

Infracções definidas pelo Estado de emissão e abrangidas por obrigações de execução decorrentes de instrumentos adoptados nos termos do Tratado CE ou do título VI do Tratado da União Europeia.

Se for assinalada esta quadrícula, indicar exactamente quais as disposições do instrumento aprovado com base no Tratado CE ou no Tratado da União Europeia com que está relacionada a infracção:

.....
.....

4. Quando a(s) infracção(ões) identificada(s) no ponto 2 não esteja(m) prevista(s) no ponto 3, apresentar uma descrição completa da(s) infracção(ões) em causa:.....

.....
.....
.....

h) Estatuto da decisão que impõe a sanção pecuniária

1. Confirmar que (assinalar as quadrículas):

- ☐ a) Se trata de decisão transitada em julgado
- ☐ b) Tanto quanto for do conhecimento da autoridade que emite a certidão, não foi proferida no Estado de execução nenhuma decisão contra essa pessoa pelos mesmos actos e não foi executada nenhuma decisão nesse sentido que tenha sido proferida em qualquer outro Estado que não o Estado de emissão ou o Estado de execução.

2. Indicar se a acção foi sujeita a procedimento escrito:

- ☐ a) Não, a acção não foi sujeita a procedimento escrito.
- ☐ b) Sim, a acção foi sujeita a procedimento escrito. Confirma-se que a pessoa em causa, nos termos da legislação do Estado de emissão, foi informada pessoalmente ou por via de um representante habilitado, de acordo com o direito nacional, do seu direito de contestar a acção e dos prazos de recurso.

3. Indicar se a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão:

1. Sim, a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão.

2. Não, a pessoa não esteve presente no julgamento que conduziu à decisão.

3. Se assinalou a quadrícula no ponto 2, queira confirmar se se verifica uma das seguintes situações:

3.1a. a pessoa foi notificada pessoalmente em ... (DD/MM/AAAA) e desse modo informada da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão e informada de que essa decisão podia ser proferida mesmo não estando presente no julgamento;

OU

____ 3.1b. a pessoa não foi notificada pessoalmente, mas recebeu efectivamente por outros meios uma informação oficial da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão, de uma forma que deixou inequivocamente estabelecido que teve conhecimento do julgamento previsto, e foi informada de que podia ser proferida uma decisão mesmo não estando presente no julgamento;

OU

____ 3.2. tendo conhecimento do julgamento previsto, a pessoa conferiu mandato a um defensor designado por si ou pelo Estado para a sua defesa em tribunal e foi efectivamente representada por esse defensor no julgamento;

OU

____ 3.3. a pessoa foi notificada da decisão em ... (DD/MM/AAAA) e foi expressamente informada do direito a novo julgamento ou a recurso e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novas provas, e pode conduzir a uma decisão distinta da inicial:

____ a pessoa declarou expressamente que não contestava a decisão;

____ OU

____ a pessoa não requereu novo julgamento ou recurso dentro do prazo aplicável;

OU

____ 3.4. a pessoa, tendo sido expressamente informada da acção judicial e da possibilidade de estar presente no julgamento, declarou expressamente que renunciava ao direito a uma audiência e que não contestava a acção.

4. Se assinalou a quadrícula no ponto 3.1b, 3.2 ou 3.3 supra, queira fornecer informações sobre a forma como foi preenchida a condição pertinente:

.....
.....

4. Pagamento parcial da sanção

Se já foi paga uma parte da sanção no Estado de emissão ou, tanto quanto for do conhecimento da autoridade que emite a certidão, em qualquer outro Estado, indicar qual o montante pago:

.....

i) Sanções alternativas, incluindo penas privativas de liberdade

1. Indicar se a lei do Estado de emissão permite a aplicação, pelo Estado de execução, de sanções alternativas, caso não seja possível executar a decisão que impõe uma sanção, quer na totalidade, quer parcialmente:

☐ sim

☐ não

2. Na afirmativa, indicar que sanções podem ser aplicadas (natureza das sanções, nível máximo das penas):

☐ Prisão. Período máximo:

☐ Prestação de trabalho a favor da comunidade (ou equivalente). Período máximo:

☐ Outras sanções. Descrição:

.....

j) Outras circunstâncias pertinentes para o processo (facultativo):.....
.....
.....

k) O texto da decisão que impõe a sanção pecuniária vai apenso à certidão.

Assinatura da autoridade que emite a certidão e/ou do seu representante que ateste a exactidão do teor da certidão:.....
.....

Nome:

Função (título/grau):

Data:

Carimbo oficial (eventualmente)
